

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE CAPITAÇÃO DE RECURSOS DO VALE
DO JAGUARI DE 2008 A 2012**

**ANALYSIS OF PUBLIC POLICY OF FUNDRAISING FROM VALE DO JAGUARI
2008 TO 2012**

Cristiano Martins Vieira, Flaviano Moura Fragoso, Maysa Eichner da Silva e Rodrigo Belmonte da Silva

RESUMO

As mudanças constitucionais de 1988 e a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 demandaram um conjunto de melhorias que significaram uma maior autonomia para os municípios no que se refere ao atendimento das necessidades dos cidadãos. O Corede Vale do Jaguari, composto por nove municípios na região central do Rio Grande do Sul, tem na política pública de captação de recursos o instrumento para melhor atender os anseios da sociedade, com a busca por transferências de capital para esses municípios. Objetiva-se então analisar esta política pública quanto aos valores que este Corede arrecada, em quais segmentos estes são investidos e quanto os municípios captam. Verificou-se na arrecadação deste Corede que existem vários contrastes entre os valores arrecadados pelos municípios e que a agricultura aparece como grande destinatário desses valores, o que se relaciona ao fato de ser também a agricultura a grande base econômica desta região. Percebe-se que o desenvolvimento de centrais de realização de projetos de captação de recursos poderá alavancar arrecadação dessas transferências de capital, além disso há a necessidade da criação de uma forma de captação regionalizada, com projetos integrados e a troca de ideias e informações entre as prefeituras do Vale do Jaguari o que contribuirá com o aumento da satisfação dos cidadãos com a administração pública e a certeza de que existe uma gestão pública eficiente e efetiva na busca e alocação dos escassos recursos.

Palavras-chave: Captação de recursos, política pública, Vale do Jaguari.

ABSTRACT

The constitutional changes of 1988 and the Reform of the State Apparatus 1995 demanded a set of improvements that meant greater autonomy for municipalities with regard to meeting the needs of citizens. The Corede Vale do Jaguari, composed of nine counties in the central region of Rio Grande do Sul, is the public policy of funding the instrument to better meet the expectations of society, with the search for capital transfers to these municipalities. Objective is then to analyze this policy regarding the values that this raises Corede in which these segments are invested and how municipalities capture. It was found in this collection Corede that there are several contrasts between the amounts collected by municipalities and agriculture appears as a major recipient of these values, which relates to the fact that agriculture is also a major economic base of this region. It is noticed that the development of central projects of fundraising can leverage these revenue transfers of capital, moreover there is the need to create a way to capture regionalized, with integrated projects and the exchange of ideas and information between local governments Vale do Jaguari which will contribute to

increasing citizen satisfaction with public administration and make sure that there is an efficient and effective public management in seeking and allocation of scarce resources.

Keywords: Fundraising, public policy, Vale do Jaguari.

INTRODUÇÃO

A administração pública moderna como conhecemos, após as mudanças constitucionais de 1988 e a Reforma do Aparelho do Estado de 1995, demandaram um conjunto de melhorias que significaram uma maior autonomia para os municípios no que se refere ao atendimento das necessidades dos cidadãos (LIMA, 2007). No entanto municípios com pouca população são muitas vezes protagonistas de uma incessante luta na busca de recursos financeiros, a fim de melhor cumprirem aquilo que a própria legislação trouxe de novo para os municípios (HAUPENTHAL, 2011).

Nesse contexto municípios do interior do Brasil e neste caso também no interior do Rio Grande do Sul, são partícipes dessas realidades, muitos vêem como ferramentas úteis na construção desses propósitos a elaboração de projetos de captação de recursos, mediante, em muitos dos casos, a demanda por emendas parlamentares que possam significar a busca de novos recursos que ingressam nas prefeituras através das transferências de capital, em harmonia com o período gerencial, ora vigente. (HAUPENTHAL, 2011)

Essas transferências de capital (KORAMA, 2000), quando utilizadas para a saúde e educação servem de suporte para aquilo que a legislação propôs, quando da disponibilização de maior autonomia para os municípios realizarem e gerenciarem as atividades desses segmentos. (HAUPENTHAL, 2011)

Logo a quantificação desses valores financeiros que venham de ajuda ao cumprimento desses objetivos, comprova o interesse dos municípios em buscá-los nas outras esferas de governo, o que torna essa busca uma política pública útil e eficiente no cumprimento dos objetivos preestabelecidos. Eficiência esta que nada mais é do que também atribuição do estado na melhoria da qualidade de vida da população. (LIMA, 2007)

Objetiva-se então com a escritura do presente artigo, analisar as transferências de capital ingressadas no Vale do Jaguari, mediante representação gráfica dessas transferências nos anos de 2008 a 2012, através da separação dos valores por funções de governo, tais como, saúde, educação, agricultura, enfim, as diversas áreas de atuação de uma prefeitura e a visualização de qual área que buscou maiores recursos no período de tempo analisado.

Metodologicamente lançou-se mão de estudo de natureza quantitativa, onde foram analisadas as transferências de capital dos municípios do Vale do Jaguari, mediante busca de informações no site do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Trata-se de um estudo de caso, onde se analisa o que está relacionado a essas transferências no município. Também foram utilizadas pesquisas bibliográficas que pudessem nortear o entendimento dos conceitos referentes à administração pública, receitas públicas e o histórico do Vale do Jaguari. (GIL, 2008)

Nesse sentido deseja-se contribuir com estudos para a mensuração das transferências nos municípios analisados, transferências estas já utilizadas por muitas cidades do Brasil e que se revelam importantes instrumentos de fonte de recursos que possibilitam melhorias nas condições dos cidadãos beneficiados e auxiliam a administração no cumprimento de seus objetivos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública está relacionada a toda a atividade estatal na busca do suprimento das necessidades dos cidadãos. Segundo Mello (1979) apud Haupenthal (2011), “Administrar é gerir os serviços públicos; Significa não só prestar o serviço, como também dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil”.

Este tipo de administração, à pública, que cuida dos interesses dos cidadãos através das ações do estado, passou por diversos processos até chegarmos aos dias atuais, como por exemplo, a evolução do período patrimonialista, posteriormente o período burocrata e na atualidade o período gerencial. Este último, possibilitado pelas mudanças constitucionais de 1988 e com a reforma do aparelho do estado a partir de 1995.

Com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, o estado e a sociedade formam democraticamente um estado único e indivisível, muito disso possibilitado pela constituição de 1988, onde Chiavenato (2006) afirma que é através do diálogo entre o estado e a sociedade é que se formam as diretrizes de atuação a administração pública na construção de um estado mais justo e igualitário.

No entanto embora exista essa flexibilização que possibilita um maior diálogo, a administração ainda conserva alguns princípios que são fundamentais, e advindos do período burocrático, como por exemplo, a rigidez na maneira como são estruturados os cargos e salários na administração pública, avaliação de desempenho e treinamento para os que servem a administração. (MELLO, 1979 apud HAUPENTHAL, 2011). Segundo Madeira (2010):

[...] mencionar função administrativa é o mesmo que falar na implementação (concreta) das políticas contempladas abstratamente na Constituição, nas leis e definidas nas eleições, pelo voto, além da gestão dos recursos humanos, financeiros e econômicos do Estado, tudo com vistas a realizar os ideais (abstratos) eleitos pelos titulares do poder político e por seus representantes. (MADEIRA, 2010)

Assim como o descrito anteriormente podemos visualizar que este autor traz no bojo de sua caracterização traços que indicam os meios de atuação da administração pública que atende a tudo aquilo que estiver disposto em legislação, tornando-se estranha a ela o que não seguir o princípio da legalidade (presente no artigo 37 da Constituição Federal, onde estão os princípios da administração pública), de modo que seja correspondente ao atendimento de necessidades demandadas.

Esta função administrativa não é exclusividade apenas do poder executivo, mas também se divide de outras formas, Carvalho Filho (2007) apud Madeira (2010), dispõe que a Administração Pública é “o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que tenham a incumbência de executar as atividades administrativas”, logo essas atividades devem ser correlatas as necessidades de cada órgão de modo mais eficiente, característica e objetivo da Reforma do Aparelho do Estado, marco principal do período gerencial.

Além disso, temos na Administração Pública Federal a divisão entre Administração Direta e Administração Indireta conforme Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista.

d) fundações públicas.

Parágrafo único. As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade. (DECRETO-LEI Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967)

Percebe-se então que a administração pública, nas suas mais diversas divisões, nos três poderes e nas esferas que possui, vem administrar o que é público, isto é, aquilo que faz parte da administração, mas que tem como objetivo dispor de serviços para o atendimento dos anseios dos cidadãos.

RECEITAS PÚBLICAS

Para Kohama (2000, p.85), entende-se como receita pública “todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativo de valor (...)”. Neste sentido, o autor diz que o sucesso na arrecadação de receitas públicas se deve a organização da máquina administrativa, pois “(...) quanto mais eficiente a organização administrativa, maior será a eficácia na arrecadação e recolhimento das receitas que lhe incumbe arrecadar” (KOHAMA, 2000, p.85).

A receita pública classifica-se em dois grupos, conforme QUADRO 01.

Grupo	Categoria Econômica
Receita Orçamentária	Corrente
	De Capital
Receita Extra Orçamentária	

Quadro 1: CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA EM GRUPOS

Fonte: Kohama (2000, p.86).

Vale salientar que a receita pública sempre é prevista, e a despesa fixada, conforme dispõe a Lei 4.320/64. A Administração sempre deverá estimar a receita pública para, baseada nesta previsão de arrecadação, fixar suas despesas.

Receita Orçamentária

Receita Orçamentária é aquela consolidada no Orçamento Público, consignada na LOA, cuja especificação deverá estar em conformidade com a Lei 4.320/64, assim entende Kohama (2000). A receita orçamentária é classificada em Corrente e de Capital.

Receitas Correntes e Receita de Capital

Para Kohama (2000, p.87), Receitas Correntes “dizem respeito a todas as transações que o Governo realiza diretamente ou através de suas ramificações, “como (...) autarquias e de cujo esforço não resultam constituição ou criação de bens de capital, ou seja, acréscimos no seu patrimônio”.

Já Receitas de Capital, o autor se refere como sendo aquelas “que resultam na constituição ou criação de bens de capital e, conseqüentemente, acréscimo de patrimônio” (KOHAMA, 2000, p.87). O QUADRO 02 exemplifica as categorias econômicas.

RECEITA CORRENTE	DESCRIÇÃO
Receita Tributária	São aquelas oriundas da arrecadação através de Tributos (impostos, taxas e contribuições) pagos pelo contribuinte, em razão de suas atividades, rendas, propriedades e benefícios diretos e imediatos recebidos do Estado.
RECEITA CORRENTE	DESCRIÇÃO
Receita de Contribuição	São aquelas arrecadadas relativas a contribuições sociais e econômicas, destinadas geralmente à manutenção dos programas sociais e de interesse coletivo. Ex.: PIS e CONFINS.
Receita Patrimonial Receita Agropecuária Receita Industrial	São fontes que se compõem de rendas provenientes, respectivamente, da utilização de bens pertencentes ao Estado. Ex.: aluguéis, arrendamentos, juros, participações e dividendos.
Receita de serviços	Se originam da prestação de serviços comerciais, financeiros, de transporte, de comunicação, dentre outros diversos, bem como tarifas aeroportuárias e pedágios.
Transferências Correntes	São recursos financeiros oriundos de outras entidades de direito público ou privado.
Outras receitas Correntes	São fontes de receitas originárias da cobrança de multas e juros de mora, indenização e restituição, receita da dívida ativa e receitas diversas.
RECEITA DE CAPITAL	DESCRIÇÃO
Operações de crédito	São fontes de receitas oriundas da constituição de dívidas pelo Estado, através de empréstimos e financiamentos.
Alienações de bens	São fontes captadas através da venda de bens patrimoniais móveis ou imóveis. Dizem respeito a conversão de bens em espécie (moeda).
Amortização de empréstimos	É quando o Estado recebe valores dados anteriormente por empréstimos a outras entidades de direito público.
Transferências de capital	É uma fonte de recurso recebido de outras entidades de direito público ou privado.
Outras receitas de capital	É destinada a arrecadar outras receitas de capital que constituirão uma classificação genérica não agradável nas fontes anteriores.

Quadro 2: CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA QUANTO A CATEGORIA ECONÔMICA
Fonte: Kohama (2000, p.88).

POLÍTICAS PÚBLICAS

A seguir apresentamos algumas definições de políticas públicas, que ligado ao presente artigo se relacionam as políticas de captação de recursos que servem como incremento para a realização de atividades no município, nesse sentido apresentam-se posteriormente algumas definições.

Birkland (2005: 17-18) apud Silva (2012) afirma que:

Não há um consenso sobre o conceito de política pública, mas alguns atributos se destacam: a política é feita em nome do público; a política geralmente é feita ou iniciada pelo governo; a política é interpretada e implementada por atores públicos e privados; política é o que o governo intenciona fazer; política é o que o governo escolhe não fazer.

Segundo Rúa (2009) “política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. Nesse sentido, observa-se que deve haver uma convergência de diferentes ações para que a política pública atenda os seus objetivos, estes por sua vez embora possam atender a demandas privadas, de associações e da sociedade em geral “Por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são “públicas”. Rúa (2009) também explica:

Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado.(RUA, 2009)

Para a existência de políticas públicas, que como visto anteriormente, atenda as demandas que podem vir dos mais diferentes segmentos, há a necessidade de mapeamento de algumas ações que precisam ser realizadas conforme descrito pelo SEBRAE (2008). Esse mapeamento pode ocorrer, pelo que se extrai do trabalho desses autores, tanto pelo estado que estuda a realidade e ser atendida ou pela sociedade organizada que pressiona o estado na busca da resolução de algum problema que objetive a melhoria de determinado segmento.

Segundo Souza (2006) “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Surge então um contexto eleitoral onde as políticas públicas ganham um contexto de cumprimento de propostas eleitorais que posteriormente se transformam em ações para a resolução de determinado problema.

Conclui-se que o termo ‘Políticas Públicas’, após a visão desses autores pode ser conceituada, de maneira genérica, como ‘ as ações estratégicas do estado que visam resolver alguma situação de acordo com o contexto histórico, político e social em que ele está inserido’. (SOUZA, 2006; RUA, 2009; CARVALHO, BARBOSA e SOARES ,2010)

Quando esta Política Pública esta voltada para a captação de recursos Prates et al (2006) faz a seguinte colocação:

Os processos de captação, embora possam parecer iniciativas relativamente simples, exigem o domínio de diversos conhecimentos, entre os quais destacamos: a capacidade para a elaboração de projetos, a realização de avaliações e construção de indicadores, disponibilidade de tempo para a realização de pesquisas e estudos, o tratamento de dados e a capacidade de dar-lhes a visibilidade necessária para que fundamentem as propostas e demonstrem a sua relevância em termos de impacto e alcance social. (PRATES, 2006)

Estes recursos acabam por entrar no orçamento da prefeitura na forma de receitas, mais especificamente como Transferências de Capital, que segundo o quadro acima, está definido como “uma fonte de recurso recebido de outras entidades de direito público ou privado”. Por conseguinte cabe destacar algumas formas pelas quais estão divididas as caracterizações dessas formas de ingresso no orçamento das instituições públicas que utilizam dessa captação.

Prates et al (2006) caracteriza esses recursos que ingressam na instituições:

<i>Recursos não-reembolsáveis</i>	Também conhecidos como “recursos a fundo perdido”, ou seja, aqueles sobre os quais não incidem custos financeiros e sobre os quais não se exige o reembolso, sendo obrigatória, no entanto, a prestação de contas. Nesta categoria, há duas possibilidades: projetos 100% financiados pelo agente financiador do projeto, o que caracteriza um patrocínio, e projetos parcialmente financiados pelo concedente. Neste último caso, é exigido o investimento próprio do solicitante no projeto em questão, como contrapartida, em percentual a ser acordado entre as partes.
<i>Recursos obtidos através de linhas de crédito com juros subsidiados</i>	São recursos oferecidos por agentes financeiros e sobre os quais incidem juros menores do que aqueles praticados no mercado. E os chamados <i>incentivos fiscais a financiadores privados</i> : São recursos que o governo disponibiliza na forma de dedução de impostos devidos pelo financiador de projetos ou pelo contribuinte de fundos de financiamento de projetos.

Quadro 3: Forma de ingresso nas prefeituras.
Fonte: PRATES et al (2006).

Também aparecem definições quanto às categorias utilizadas na apresentação de projetos para financiamento por parte do governo, temos, conforme destaca Abong (2003) apud Prates et al (2006), os tipos que seguem:

Demanda espontânea	Os projetos devem ser desenvolvidos e apresentados segundo regras e critérios previamente estabelecidos. Os recursos vinculados, para serem acessados, dependem da iniciativa do interessado. A oferta destes recursos fica disponível por períodos contínuos e estão relacionados a políticas ou programas de governo.
Demanda induzida	Acolhe projetos específicos, relacionados a políticas e prioridades de governo, envolvendo processo de seleção. Estão vinculados recursos oferecidos pontualmente para o atendimento de situações específicas e, em geral, por tempo limitado.

Quadro 4: Tipos de demandas de projetos.
Fonte: PRATES et al (2006) apud ABONG (2003).

O COREDE Vale do Jaguari

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE) foram criados pela Lei Estadual nº 10 283/94 e nos termos do seu artigo 2º:

[...]tem por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente.

Porem apesar de terem sido instituídos por lei os COREDEs “são organizações não subordinadas à administração estadual, que articulam os atores das regiões com o objetivo de promover ações relacionadas com o desenvolvimento e com a participação em decisões do poder público relevantes para a região.”(BANDEIRA, 1999, p. 14)

Conforme Equipe Técnica da Uri-Santiago (2009, p. 2) “O COREDE do Vale do Jaguari foi criado pelo Decreto nº 45.436, de 09 de janeiro de 2008, publicado em 10 de janeiro de 2008 no Diário Oficial do Estado, mediante desmembramento do COREDE Central.” Ficando assim formado, por nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

Segundo a Fundação de Economia e Estatística(FEE), do Rio Grande do Sul, o COREDE Vale do Jaguari faz fronteira sul e oeste com o COREDE Fronteira Oeste, ao norte com o Missões e leste com o Central.

Conforme dados da FEE os nove municípios, em 2011, somavam uma população de 117.161 habitantes e uma área total de 11.268,0 Km², apresentando densidade demográfica de 10,4 hab/km². Nessa região em 2010 a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 6,25 % e o PIB per capita de 13.539 reais.

Comparando com dados apresentados por Coelho, Frizzo e Marcondes (2010, p. 95), referentes a 2008, a população apresentou redução de 3.218 habitantes e já em comparação com 2007 apresentava um acréscimo de 2,26 reais em seu PIB per capita.

ANÁLISE DOS DADOS

A seguir apresentam-se alguns gráficos que demonstram a captação de recursos dos municípios do Vale do Jaguari, na forma de Transferências de Capital, a arrecadação *per capita*¹ e a distribuição dessas Transferências que ingressaram no orçamento dos municípios desde o ano de 2008 até o ano de 2012, nos diversos segmentos que compõe a atuação do poder executivo municipal, nas áreas de Agricultura, Assistência Social, Ciência e Tecnologia, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Educação, Encargos Especiais, Habitação, Saneamento, Saúde, Segurança Pública, Transporte e Urbanismo.

No período de 2008 a 2012 o Vale do Jaguari arrecadou na forma de Transferências de Capital, por intermédio da busca de recursos em outras esferas de governo, a importância de R\$ 41.138.001,39 reais, formando uma média anual de R\$ 8.227.600,28 reais, que dividindo pelo total de habitantes do Vale do Jaguari tem-se o valor de R\$ 70,22 reais.

A seguir apresenta-se o gráfico que demonstra a arrecadação, por município, do Vale do Jaguari no período de cinco anos:

¹ Divisão dos valores pelo número de habitantes.

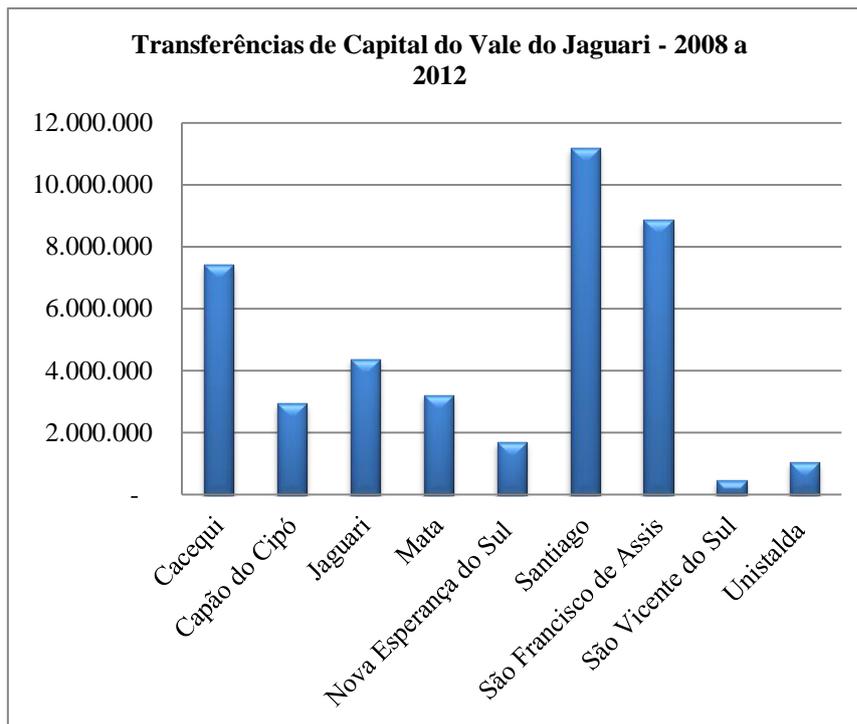


Gráfico 1: Transferência de Capital, nos municípios.

Constata-se que dentre os municípios deste Vale, o que mais arrecadou recursos em uma média anual foi Santiago (R\$ 2.233.070,43), seguidos São Francisco de Assis (R\$ 1.771.676,04) e Cacequi (R\$ 1.484.112,17 reais), nota-se preliminarmente que são valores significativos para o desenvolvimento dos município. Os que menos arrecadaram foram Unistalda (R\$ 207.992,92 reais) e São Vicente do Sul (R\$ 89.540,77 reais). Porém esse *ranking* muda quando este valor passa a ser dividido pelo número de habitantes de cada município(Tabela1).

Município	Habitantes
Cacequi	13.628
Capão do Cipó	3.132
Jaguari	11.422
Mata	5.092
Nova Esperança do Sul	4.706
Santiago	49.093
São Francisco de Assis	19.196
São Vicente do Sul	8.450
Unistalda	2.442

Tabela1: Número de habitantes dos municípios pertencentes ao Vale do Jaguari.
Fonte: Fundação de Economia e Estatística

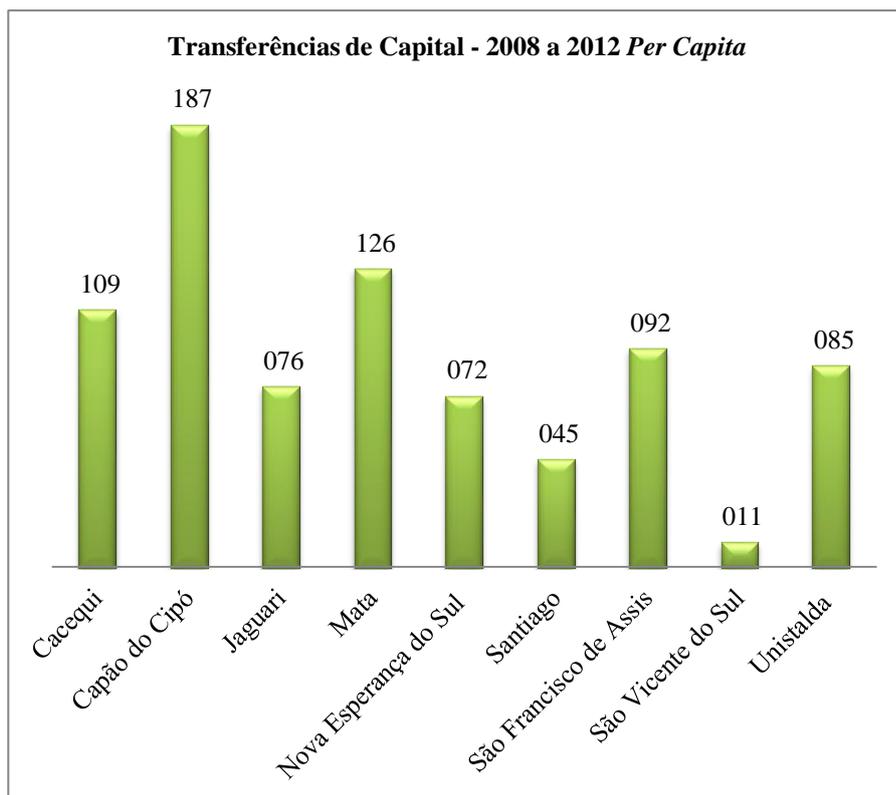


Gráfico 2: Transferência de capital *per capita* anual.

Nota-se que há uma diferenciação considerável dos municípios que arrecadaram determinados valores e da divisão desses valores por habitante. Se observarmos o município de Santiago com a maior população do Vale do Jaguari (49.093 habitantes), quanto a arrecadação total, este aparece em primeiro lugar, porém ao dividirmos esse valor per capita, comparados com os outros municípios, passa a ocupar o penúltimo lugar. Na análise anterior São Francisco de Assis tinha arrecadado o segundo maior valor, porém na divisão por habitante mudam as posições, ficando São Francisco de Assis em quarto lugar.

O caso do município de São Vicente do Sul revela-se interessante, visto que por possuir uma baixa arrecadação, quando divididos os valores pelo número de habitantes o município continua, a exemplo de anteriormente, em último lugar, ao contrário de Capão do Cipó que de sexto em arrecadação passou a primeiro per capita.

Quando realizada uma média anual do total das transferências de capital entre os nove municípios do Vale do Jaguari chegou-se ao valor de R\$ 914.177,81 reais. Sendo assim Santiago, São Francisco de Assis e Cacequi ficam acima da média, diferentemente de Jaguari, Mata, Capão do Cipó, Nova Esperança do Sul, Unistalda e São Vicente do Sul que ficam abaixo da média, conforme pode ser visualizado no Gráfico 3:

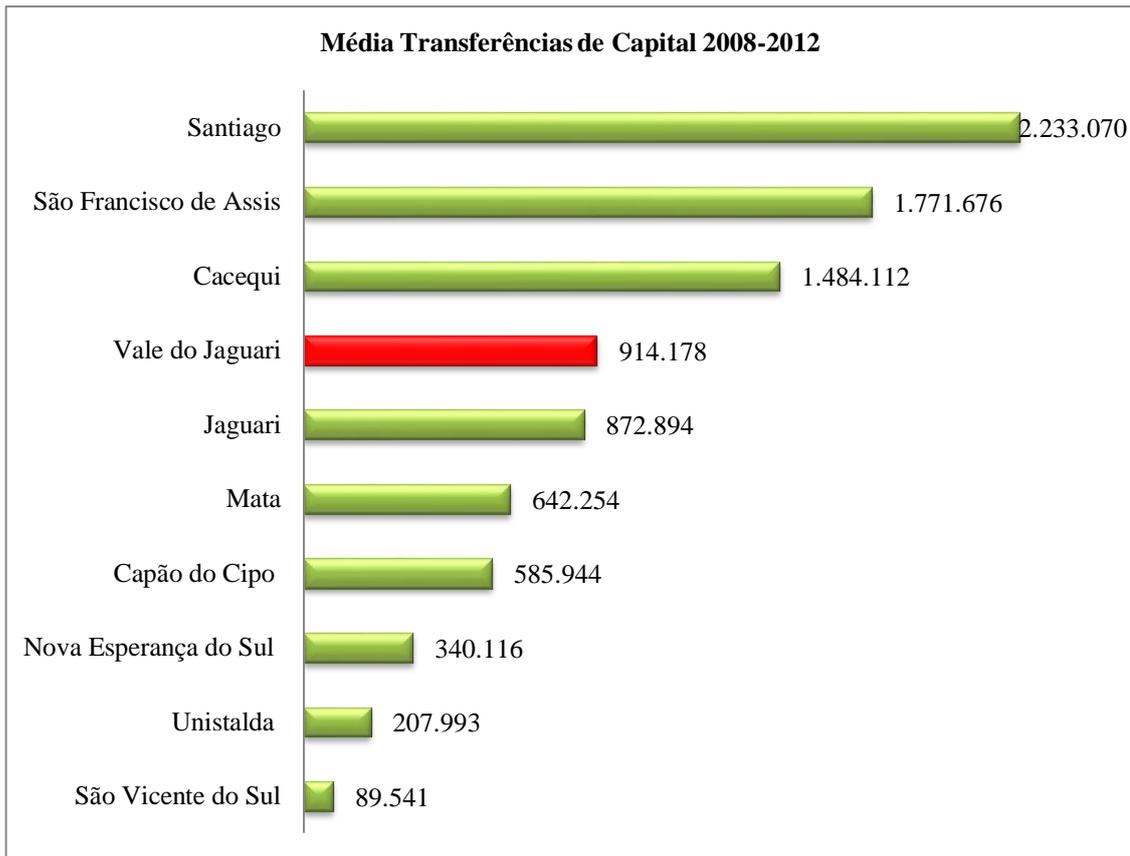


Gráfico 3: Média Transferência de Capital do Vale do Jaguari e Municípios.

O gráfico a seguir permite a observação do que foi prioritário nesse período de cinco (05) anos, no que se refere as transferências de capital, isto é, permitem verificar em quais áreas os municípios buscaram mais recursos financeiros e a quantidade de valores que entrou no orçamento através dessas transferências.

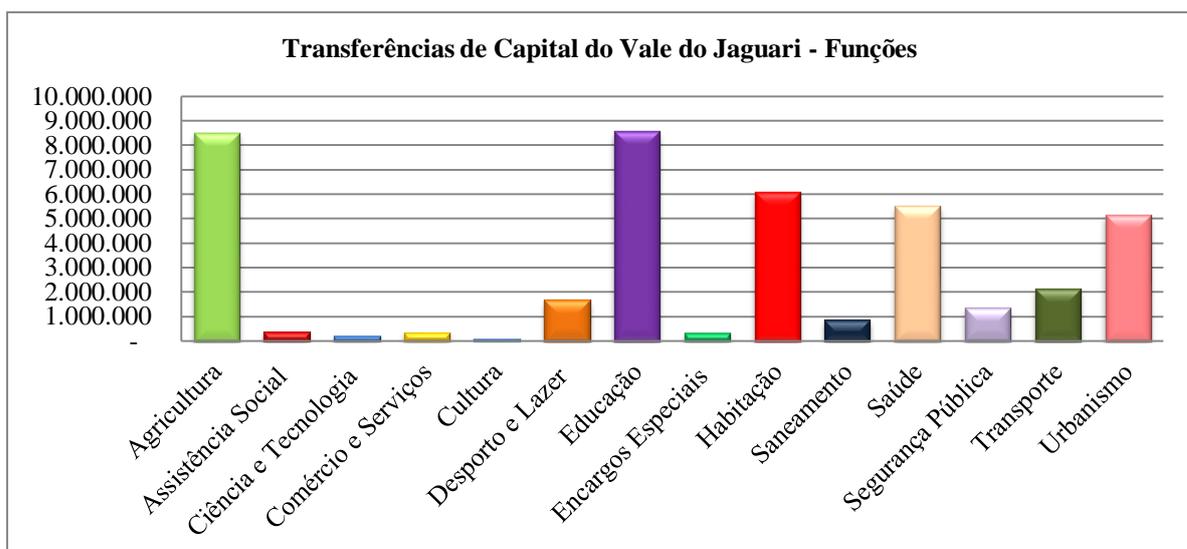


Gráfico 4: Distribuição Transferência de capital por áreas.

Na avaliação dos dados de Transferências de Capital do Vale do Jaguari, dividido em áreas, a Educação (R\$ 8.584.906,96) e Saúde (R\$ 5.527.176,61) aparecem em primeiro e quarto lugar, respectivamente, estes também possuem garantias constitucionais e sempre são requeridas pela população, no entanto há uma grande arrecadação de valores com destinação para a Agricultura (R\$ 8.479.832,07), tendo em vista ser a base econômica da região, nota-se que há uma valorização por parte das gestões municipais que buscam recursos para aplicação nesse segmento, que está em segundo lugar na lista arrecadação.

Com relação à Habitação (R\$ 6.065.591,12) percebe-se que os valores estão geralmente atrelados a construção de unidades habitacionais, em alguns casos ligados ao programa Minha Casa Minha Vida do governo federal fazendo com que este figurasse em terceiro lugar

A função Urbanismo (R\$ 5.123.037,29), que esta em quinto lugar no *ranking*, apresentando serviços de infraestrutura urbana, como caminhódromo e pavimentação. Em sexto lugar aparece transporte (R\$ 2.137.977,64), valores este que foram destinados ao aeroporto de Santiago e em São Francisco de Assis a construção de uma pavimentação asfáltica. Em sétimo está a função Desporto e Lazer (R\$ 1.674.119,45) que os recursos são aplicados basicamente em construção de quadras poliesportivas.

A função Segurança Pública (R\$ 1.338.300,00), que está em oitavo lugar, é subdividida em “Policimento”, “Defesa Civil” e “Informação e Inteligência” no entanto nas pesquisas só aparecem valores referentes a Defesa Civil, geralmente relacionada a problemas climáticos.

As outras funções aparecem na sequência de modo decrescente, tais como Saneamento (R\$ 849.542,82), Assistência Social (R\$ 382.767,11), Comércio e Serviços (R\$ 356.122,95), Encargos Especiais (R\$318.515,00), Ciência e Tecnologia (R\$200.112,37), Cultura (R\$100.000,00), porem com valores de menor relevância. Neste sentido cabe ressaltar que esses valores deveriam ser ampliados, para haja um maior equilíbrio de funções, para melhorar o desenvolvimento do Vale do Jaguari.

CONCLUSÃO

As mudanças constitucionais e administrativas requerem que as prefeituras hajam de acordo com o que é anseio da comunidade, este anseio porem, muitas vezes esta distante das possibilidades financeiras, portando cabe ao Gestor encontrar mecanismos que sejam úteis no momento que se pensam os recursos a serem utilizados pelo seu governo. Esta política de captação de recursos aparece como algo de suma importância para o atendimento das necessidades dos cidadãos, no sentido de fazer além do que se esta previsto, tornando-se algo que pode ser sugerido a qualquer governo municipal que queira melhorar a forma como atua para com os seus munícipes.

Conclui-se com o presente artigo, que o investimento na utilização de políticas públicas de captação de recursos, se faz muito importante. Importância esta que em municípios tais como o Vale do Jaguari é justificável, tendo em vista seus orçamentos, onde surgem maiores valores para a realização de serviços com transferências que aumentam as possibilidades de atuação.

Embora a educação tenha aparecido em primeiro lugar na arrecadação, esta já possui recursos que são garantias constitucionais, assim percebe-se que as transferências de capital neste Vale, têm no segmento da agricultura o segundo maior valor, o Vale também tem nesse

segmento o desenvolvimento de sua economia, ligada as atividades rurais, então percebe-se que há uma grande arrecadação naquilo que sustenta a economia desta região.

O investimento nesta política de captação de recursos, conforme observado nesse estudo e tendo em vista a realidade deste Vale, tem de ser potencializada com o desenvolvimento de centrais de realização de projetos de captação de recursos, para que de forma inovadora consigam cada vez mais buscar recursos para o atendimento das necessidades dos cidadãos, além daquilo que é simplesmente orçamentário, mas algo que vêm para o orçamento na forma de transferência de capital.

O Vale do Jaguari apresenta municípios que pouco captam recursos em contraste a outros que captam grandes valores. Nota-se então que há a necessidade de além da criação de centrais de elaboração de projetos, a criação de uma forma de captação regionalizada, com projetos integrados e a troca de ideias e informações entre as prefeituras do Vale do Jaguari. Esta interligação de informações e conhecimento é o elemento faltante para que as transferências de capital ocorram de modo mais elevado para o benefício dos moradores desses municípios.

Investir em captação de recursos via transferência de capital é fundamental para nossos municípios, pois de acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (2012) diante dos desafios e das competências que se apresentam aos gestores, estes têm em mãos um longo caminho a percorrer na busca de alternativas para o incremento das receitas. Neste sentido, investir em captação de recursos é investir no futuro do Vale do Jaguari, que tem em sua base econômica a agricultura, porém através de novas atitudes pode cada vez mais aumentar os valores que são arrecadados em outros segmentos, contribuindo com o aumento da satisfação dos cidadãos com a administração pública e a certeza de que existe uma gestão pública eficiente no sentido de ser o gestor público um agente de transformação da realidade que se preocupa com os investimentos através da captação de recursos no Vale do Jaguari, na busca de uma sociedade atendida e satisfeita em seus mais diversos anseios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

_____. Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. **Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências.**

BANDEIRA, Pedro. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. Brasília, 1999. Disponível em:

<http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/texto_pedro_bandeira_n.630.pdf>. Acesso em 17 jun. 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública: teoria e mais de 500 questões com gabarito. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. Finanças: Procedimentos para otimizar a arrecadação municipal – Brasília: CNM, 2012.

COELHO, João Gilberto Lucas; FRIZZO, Paulo Afonso; MARCONDES, Valéria. Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul. PRÓ-RS

IV. Editora: Passografic. Porto Alegre, 2010. Disponível em

<<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=ZLSG7-e8ceE%3D&tabid=5363&mid=7972>> Acesso em 17 jun. 2013

DECRETO-LEI Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

EQUIPE TÉCNICA DA URI – CAMPUS DE SANTIAGO. Planejamento Estratégico.

Santiago, 2009 Disponível em: <<http://www.urisantiago.br/corede/>> Acesso em 17 junho. 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>> Acesso em 17 junho 2013

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social** / Antonio Carlos Gil. – 6 ed. – São Paulo : Atlas, 2008.

HAUPENTHAL, Simone Raquel. **Desempenho dos Investimentos Municipais a Partir de Lei de Responsabilidade Fiscal: Um estudo da associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos e da Associação dos Municípios do Vale do Paranhana**. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientador Tarcísio Staudt. FEEVALE. Novo Hamburgo, 2011.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2000.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão Pública: a trajetória e a estratégia do gespública** / Paulo Daniel Barreto Lima. – Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública, Tomo II** / José Maria Pinheiro Madeira – v. 2, 11 ed. – Rio de Janeiro : Elsevier, 2010.

MORAES, Fernanda Dalosto. **A Organização Espacial de Mata/Rs: Reestruturação Produtiva no seu Espaço Rural** .Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

PRATES, Jane C. et al. **A captação de recursos e o poder local**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil** / Christian Luiz da Silva (org.). – Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.